

O BOLETIM

Esta é a edição de estreia do boletim Análise Caeni. O boletim tem objetivo duplo. O primeiro é divulgar as pesquisas, atividades e publicações desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni/USP). A divulgação será feita na forma de notas de pesquisa, resenhas, relato de debates desenvolvidos e cronograma de seminários. Além dos seminários e eventos promovidos pelo Centro, o boletim apresenta a agenda de seminários relevantes para a área de ciência política e relações internacionais, no Brasil e no exterior.

O segundo objetivo é apresentar um acompanhamento sistemático sobre as relações Sul-Sul. Este acompanhamento na forma de síntese das principais notícias seguida de uma análise sintética. Além das notícias de destaque o Boletim publicará temas especiais sobre temas mais relevantes, como estudos comparados entre países emergentes nas relações internacionais contemporâneas.

Nesta primeira edição do Análise, trazemos uma entrevista com a Professora Janina Onuki que atualmente é professora visitante na School of Public and International Affairs da North Carolina State University (SPIA/NCSU). O foco da entrevista é a pesquisa realizada em parceria entre Caeni e SPIA, além da sua experiência junto à Brazilian Political Science Review (BPSR), da ABCP. Apresentamos também uma discussão sobre a utilização de métodos experimentais nas pesquisas da área de Relações Internacionais que tem crescido na área, mas ainda é bastante incipiente no Brasil.

Divulgamos também nossos Seminários de Pesquisa que acontecem em geral às sextas-feiras, e outras publicações do Centro, todas disponíveis online (www.caeni.com.br). A segunda parte do Boletim sempre trará breves análises derivadas do acompanhamento dos temas relacionadas aos países em desenvolvimento e à cooperação Sul-Sul.

Esperamos com este boletim mensal contribuir com informações sobre os resultados das nossas pesquisas e convidar à participação em nossas atividades.

O Caeni

O Caeni é ligado ao Departamento de Ciência Política. Criado em 2005, desde 2012 se tornou um NAP (Núcleo de Apoio à Pesquisa) da USP e tem se dedicado especificamente a compreender as relações Sul-Sul, com especial ênfase às relações entre os países pertencentes ao IBAS (Fórum Índia-Brasil-África do Sul).

Duas linhas de pesquisas são desenvolvidas neste NAP: a primeira linha é “Sociedade e Relações Sul-Sul”, com pesquisas sobre a percepção da sociedade brasileira sobre as relações Sul-Sul, a partir da aplicação de surveys estratificados e pesquisas experimentais.

A segunda linha, “Observatório Sul-Sul”, é dedicada a instituir um sistema de acompanhamento, em perspectiva comparada, das posições dos países em desenvolvimento (inicialmente IBAS) nos mais importantes processos de negociações internacionais, com ênfase particular nos temas relacionados ao comércio internacional.

Amâncio Jorge de Oliveira

ENTREVISTA: Janina Onuki, professora visitante na School of Public and International Affairs (SPIA) da North Carolina State University (NCSU).

Você está como professora visitante na North Caroline State University (NCSU). Como surgiu a parceria entre o CAENI e a SPIA?

Em dezembro de 2011, dois pesquisadores da SPIA, Mark Nance e Michael Cobb, buscavam parcerias no Brasil, interessados em incluir o Brasil na sua agenda de pesquisa, que tratava da formação de preferências em comércio internacional, para fazer um estudo comparado.

Na ocasião, o CAENI desenvolvia outras pesquisas relacionadas ao tema do comércio internacional e a participação de atores sociais, além de termos experiência com a metodologia de surveys. Por isso achamos que seria interessante nos aproximar da North Carolina, tanto pela agenda de pesquisa semelhante, quanto pela perspectiva de iniciar uma nova parceria com uma universidade americana.

A partir deste primeiro contato, os pesquisadores foram ao Brasil, apresentaram um paper no CAENI, depois nos reunimos novamente em San Diego, por ocasião do congresso da ISA em 2012. E a partir daí começamos a estruturar um projeto de pesquisa conjunto. Ao mesmo tempo, a USP firmou parceria com duas universidades – NCSU e Surrey University. Dentro desta parceria foi lançado edital para financiamento de projetos conjuntos, o University Global Partnership Network (UGPN), e o projeto CAENI-SPIA foi contemplado com recursos para desenvolvimento da pesquisa em 2012-2013.

Em setembro de 2012, Michael Cobb, professor associado da NCSU e com grande experiência na condução de diferentes tipos de surveys convencionais e experimentais, esteve durante 10 dias na USP, trabalhando no desenho da pesquisa e no questionário a ser aplicado com o público, no Brasil e nos Estados Unidos. Desde o início da elaboração do projeto de pesquisa, pude também propor um período de estadia na NC para este primeiro semestre de 2013 que também foi aceito pela SPIA e conta com apoio financeiro da FAPESP.

Qual a sua agenda de pesquisa enquanto professora visitante?

Aqui na SPIA, tenho uma agenda voltada prioritariamente para a pesquisa. O projeto conjunto facilitou minha inserção no Departamento. Este período inicial foi importante para definir as perguntas do questionário que será, inicialmente, aplicado com os estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais. Também neste período, pudemos acertar a amostra que será utilizada aqui nos EUA e no Brasil.

Mas este estágio pós-doutoral está sendo útil, sobretudo do ponto de vista de diversificação de técnicas de surveys, e pela possibilidade de introdução aos surveys experimentais. A pesquisa de opinião com utilização de métodos experimentais é bastante incipiente na nossa área no Brasil. Como os pesquisadores da NCSU têm grande experiência neste tipo de pesquisa, a minha estadia aqui tem como objetivo também obter formação complementar. A possibilidade de aprender uma nova técnica de pesquisa, além de implementá-la num projeto, tem sido muito interessante.

Além da pesquisa, tenho ministrado aulas sobre Política Externa Brasileira para estudantes do Mestrado em Relações Internacionais. A proposta foi fazer uma revisão das principais matrizes conceituais da Política Externa Brasileira, desde os anos 1960 e discutir as orientações e o comportamento internacional do Brasil ao longo das últimas décadas, com ênfase na mudança do regime, com início do período democrático. Oferecer formação em estudos de política externa brasileira também é uma forma de fomentar pesquisas futuras conjuntas.

Esta mudança de surveys tradicionais para surveys experimentais deve-se a quê? Qual é o ganho do surveys experimentais em relação aos surveys tradicionais.

No Brasil, e parte da minha experiência tem sido voltada para isso, a maior parte das pesquisas tem utilizado surveys observacionais. Neste sentido, a aplicação de uma nova técnica representa um avanço do ponto de vista metodológico. A principal vantagem dos surveys experimentais, do mesmo modo que outras pesquisas que utilizam desenho de experimento, é a possibilidade de controlar a geração de dados via a introdução de tratamento na estrutura dos questionários.

É importante destacar que introduzir experimento com survey na nossa linha de pesquisa nada tem a ver com modismo. Não é porque é feito em centros de ponta no exterior que temos que copiar. O que puxa esta agenda é a ênfase no tema da causalidade. Os desenhos experimentais, a despeito de todas as dificuldades inerentes deste tipo de estudo, são superiores aos métodos observacionais para enfrentar o tema das relações de causalidade.

Substantivamente a pesquisa em parceria está interessada em compreender o peso de variáveis não comerciais na decisão sobre comércio. Variáveis como assimetria de poder, diferenças de gênero, ideologia, identidade, seriam fatores que poderiam influenciar na definição das preferências dos indivíduos sobre o comércio internacional. É nisso que a pesquisa conjunta pretende avançar.

Agora falando da sua experiência junto à Brazilian Political Science Review. Quais são, na sua avaliação, os principais desafios de um periódico brasileiro deste gênero?

Desde que assumimos a revista, Marta Arretche e eu, temos feito um trabalho intenso no processo de indexação da revista nas principais bases de revistas científicas. A indexação é um pré-requisito não apenas para a divulgação e internacionalização da revista, mas também para obtenção de recursos via editais específicos. A experiência da professora Marta na coordenação do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) tem sido fundamental em todo o processo.

A internacionalização é, sem dúvida, o maior desafio. E o desafio não é apenas pelo fato de ser publicada em inglês, o que em si já torna todo o processo editorial mais complexo e amplia os custos de produção. O ponto é que os trabalhos publicados na revista precisam estabelecer um diálogo mais amplo com a comunidade internacional. Neste processo, temos recebido um enorme apoio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Não posso deixar de mencionar, é claro, o papel decisivo dos editores que nos antecederam, Gilberto Hochman e Leticia Pinheiro. Consolidar um periódico científico em inglês não é exatamente uma tarefa trivial. O investimento inicial é elevado, mas o retorno de médio e longo prazo para a área como um todo é muito positivo. Esta é a nossa aposta.



A **Brazilian Political Science Review (BPSR)** é uma publicação bi-anual em versão eletrônica da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e trata-se do único periódico acadêmico brasileiro dedicado à ciência política e à área de relações internacionais publicado exclusivamente em inglês. O principal objetivo da BPSR é divulgar artigos de Ciência Política e de Relações Internacionais de alta qualidade produzidos no Brasil e no exterior, de modo a ampliar o intercâmbio de idéias com a comunidade internacional de ciência política. A BPSR somente publicará trabalhos inéditos, sujeitos a pareceres anônimos. A BPSR aceita trabalhos, sob a forma de artigos, notas de pesquisa e resenhas de livros, de interesse acadêmico. Cientistas políticos e pesquisadores de disciplinas correlatas são bem-vindos.

Estudos experimentais em relações internacionais

Amâncio Jorge de Oliveira

A despeito de toda a sorte de críticas, a pesquisa experimental vem ganhando terreno na ciência política norte-americana. São indicadores desta tendência o crescimento de artigos experimentais nas principais revistas de ciência política, a criação de grupos de trabalhos em associações científicas e, mais recentemente, o lançamento do *Journal of Experimental Political Science (JEPS)*.

O crescimento deste tipo de estudo é, contudo, muito mais incipiente na área de relações internacionais. De acordo com um survey aplicado entre especialistas de RI, conduzido pelos editores da *Security Studies*, apenas 4% dentre 1000 respondentes afirmaram usar métodos experimentais (Peterson, Tierney & Maliniak, 2005).

Diferenças de orientações metodológicas entre as duas áreas, ciência política e relações internacionais quando institucionalizada como campo autônomo, dizem muito a respeito dessas diferenças quanto ao grau de maturidade dos estudos experimentais. Nos casos em que relações internacionais é institucionalizada como uma subárea da ciência política, como em várias universidades dos EUA, não há razões para distinções de abordagens.

A ciência política fez um movimento mais precoce e contundente na direção do uso intensivo de metodologia quantitativa em trabalhos empíricos. Se a resistência por parte da comunidade de RI para os métodos quantitativos é mais do que na ciência política, o *gap* torna-se ainda maior no campo dos estudos experimentais, posto que tais estudos seriam uma emulação ainda maior do modelo positivo de ciência.

Em uma linha de argumentação próxima, McDermott (2011) atribui a rejeição à experimentação por parte do *mainstream* das relações internacionais ao problema da validade da aplicação do método científico aos fenômenos internacionais. O debate do *mainstream* internacionalista assenta-se especialmente sobre as grandes teorias, o que gera descompasso com o fato dos experimentos serem especialmente dirigidos aos microfundamentos do comportamento dos atores.

Adiciona-se o fato de que, ao menos para os experimentos de campo, a operacionalização dos experimentos em RI é bastante mais complexa do que nos estudos domésticos, seja em política ou economia. Os elementos geográficos, linguísticos e regulatórios dificultam desenhos de protocolos destinados a responder questões centrais dos estudos dos internacionalistas.

Como era de se esperar, face às dificuldades intrínsecas da área acima mencionadas, os estudos experimentais na área internacional são mais recorrentemente do tipo estudos laboratoriais, experimentos com survey e quase-experimentos (ou experimentos naturais). No sentido contrário, os estudos menos frequentes são os estudos de campo (*field experiments*). Dessas três modalidades, os estudos que mais se aproximam dos estudos canônicos em RI são os de experimentos naturais. Como se sabe, a diferença fundamental entre os experimentos naturais e os experimentos convencionais (laboratoriais ou de campo) reside na forma como se dá o processo de geração de dados (PGD).

No caso dos experimentos convencionais, o PGD é feito pelo experimentalista, que administra o tratamento a um grupo escolhido aleatoriamente. Já no caso dos experimentos naturais, o PGD é feito por algum evento histórico. A natureza aleatorizou, por assim dizer qual local ou país recebeu o tratamento (manipulação) sem que o experimentalista tenha ingerência sobre isto.

O fato de ser fruto de um evento histórico, ou seja, eventos reais, faz com que a rejeição dos experimentos naturais seja mais assimilável na área. No sentido contrário estão os estudos laboratoriais. Embora a capacidade de controle do experimentalista seja maior, entenda-se por controle a capacidade de evitar efeito de variáveis desconhecidas (variáveis de confusão), a dose de irrealismo é a maior, comparando-se entre todas as modalidades.

Trata-se, como se pode perceber, de um *trade-off*. Nos estudos laboratoriais há ganhos de controle e coerência interna (o que na linguagem técnica é conhecida como validade interna) mas perdas de realismo (validade externa). No caso dos estudos de campo e naturais há perdas da validade interna e ganhos de validade externa.

Se os estudos de campo são difíceis em ciência política ou economia, que dirá em relações internacionais. Pelas razões anteriormente mencionadas, esse tipo de estudo tende a ser bastante custoso. O alto custo financeiro e a baixa motivação acadêmica resultam em uma produção bastante tímida deste tipo de estudo na área de RI.

Na área, os estudos laboratoriais e de experimentos com *survey*, os temas são majoritariamente voltados para o tema da formação de preferências no nível individual, processos decisórios e opinião pública.

Nesta linha de estudos, os desenhos de pesquisa mais típicos adotam percepções e atitudes sobre temas internacionais como variáveis respostas a ser explicadas. Para o grupo de tratamento é apresentado algum tipo de manipulação (*priming, framing*, imagens ou informações técnicas), ausente no grupo controle. A diferença no padrão de atitudes é mensurada na forma de efeito médio do tratamento.

Embora o volume de estudos experimentais seja pequeno como um todo, tematicamente os trabalhos bem distribuídos. Vale citar, como exemplo, os estudos sobre desenvolvimento econômico; ajuda externa; lavagem de dinheiro; organizações de direito internacional; o efeito de observadores internacionais em eleições; operações de contrainsurgência; transparência financeira ; política comercial.

Um brevíssimo balanço, tendo por base o estado da arte, pode ser feito de forma a se prospectar alcances e potencialidades da aplicação deste tipo de estudo para a área internacional. Como argumentos contrários a um empreendimento desta natureza pesam a complexidade substantiva e a refratariedade do *mainstream* da área.

No lado dos argumentos favoráveis pesa o fato de que há muito que ser explorado, sobretudo no campo dos micro-fundamentos relacionados ao tema da cooperação e conflitos. Também do lado dos aspectos favoráveis pesa o menor grau de exigência de habilidade de metodologia quantitativa, quando se compara à demanda dos estudos observacionais.

Referências:

McDermott, Rose (2011). New Directions for Experimental Work in International Relations. *International Studies Quarterly* 55, 503–520;

Peterson, S., and M. Tierney, with D. Maliniak (2005) *Teaching and Research Practices, Views in the Discipline, and Policy Attitudes of International Relations Faculty at US Colleges and Universities*. Available at <http://mjtier.people.wm.edu/intlpolitics/teaching/papers.php>. (Accessed March 23, 2011.).

Pesquisas Caeni

Atualmente o CAENI tem com parcerias internacionais. O primeiro (**The Politics and Public Opinion of International Trade**), em parceria com a NCSU, mencionada acima, já está em fase de desenvolvimento, com a aplicação do *survey* sobre comércio internacional realizado na primeira semana de abril, nos Estados Unidos e no Brasil. Esta pesquisa conta com financiamento da UGPN (University Global Partnership Network) e da FAPESP. Um primeiro resultado desta pesquisa foi apresentado no Congresso da MPSA (Midwest Political Science Association) nos dias 11 a 14 de abril, em Chicago.

O segundo grande projeto de pesquisa que também conta com financiamento da FAPESP, é fruto de uma parceria do CAENI com duas universidades britânicas: University of Birmingham e University of Nottingham (www.fapesp.br/7427).

O projeto **Brazil's Rise as an 'Emerging Power'** tem como objetivo analisar a política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil, a partir da chave "emerging power" e avaliar as propostas e resultados dessa atuação em diferentes coalizões internacionais, como, BRICS, IBAS, G-20. O primeiro seminário dentro deste projeto – Global Governance and Emerging Powers – está previsto para ser realizado no dia 17 de maio de 2013 (ver calendário de eventos na página 6), com Marco Antonio Vieira, Surupa Gupta, Karen Smith, e Maria Regina Soares de Lima, colaboradores do NAP-CAENI.

Série Working Papers

O CAENI está lançando, neste mês de maio, um conjunto de **Working Papers (WP)**. Todos são resultados de pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do centro, ou de projetos de Iniciação Científica desenvolvidos por estudantes de Ciências Sociais e Relações Internacionais, sob orientação de docentes da FFLCH e do IRI-USP, e que se beneficiaram dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo CAENI.

OS **WP CAENI** versam sobre diversas temáticas: política externa brasileira, empresariado, legislativo, paradiplomacia. Dentre eles, três trabalhos resultam de pesquisas, financiadas pela FAPESP e CNPq, de estudantes de Iniciação Científica. Com a publicação dos melhores trabalhos, também temos o objetivo de incentivar os estudantes de graduação e pós-graduação a investirem em formação e pesquisa.

Destaque para o relatório sobre **integração sul-americana** preparado pela equipe de pesquisadores, para o Observatório Político Sul-Americano do IESP. O trabalho apresenta as perspectivas da integração regional sul-americana tendo, como foco da análise, os principais entraves e possibilidades nos campos institucional e político.

Além disso, dois Working Papers são derivados das teses de Livre Docência de pesquisadores do CAENI. O primeiro analisa o **comportamento dos partidos políticos** e dos legisladores brasileiros em temas de política externa. O segundo discute a **adesão dos países com regimes democráticos aos regimes internacionais** de segurança.

OBSERVATÓRIO SUL-SUL

Esta seção é dedicada ao acompanhamento de diversos temas relacionados à atuação internacional dos países em desenvolvimento que compõem coalizões como o IBAS ou BRICS. As análises derivam de pesquisas e levantamento de informações que os pesquisadores do Caeni vêm fazendo de forma sistemática.

O objetivo é contribuir com material primário que possa dar subsídios a outros trabalhos que tenham as relações Sul-Sul como objeto de análise. Esta é a segunda linha de pesquisa do NAP-Caeni, Observatório Sul-Sul. Ao mesmo tempo em que acompanhamos substantivamente os temas, continuamos monitorando as votações dos países nas principais organizações internacionais, e os eventos envolvendo os países emergentes.

Nesta primeira edição, entre as páginas 7 e 12, apresentamos o posicionamento de Brasil, Rússia, Índia e China (países da coalizão BRICS) na votação da resolução da ONU que autorizou ações militares na Líbia em 2011. Além disso, acompanhamos a discussão em torno da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS na Cúpula realizada em março de 2013; e outros temas relacionados aos interesses específicos de Índia, África do Sul e China, parceiros do Brasil em diferentes coalizões internacionais.

A pesquisa e a elaboração das análises são feitas pelos pesquisadores de Iniciação Científica e Mestrado do Caeni, supervisionadas pelos coordenadores. Com isso, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar um ambiente de pesquisa e acompanhar temas de relações internacionais importantes do ponto de vista da sua formação, e do entendimento da dinâmica do sistema internacional e seus atores.

Esta seção será fixa neste Boletim, e sempre trará informações relevantes sobre os países em desenvolvimento e o acompanhamento da agenda de política externa brasileira em relação às relações Sul-Sul.

BRICS se articularam em voto sobre Líbia na ONU?

Eduardo Tetzlaff

A abstenção de Brasil, Rússia, Índia e China (que fazem parte do BRICS) na votação da Resolução 1973 (2011) do Conselho de Segurança da ONU que autorizou ações militares na Líbia refletiu uma articulação desses países no órgão?

Em tempos de crise não só as grandes economias têm procurado por medidas para amenizar danos, os BRICS tem se articulado também na área econômica a exemplo do recente anúncio da intenção de criação de um fundo emergencial de auxílio aos países do bloco. No entanto, a pergunta que ainda paira no ar é se a articulação do bloco se limita ao financeiro ou se uma coordenação política também está em sua pauta como se passou a intuir a partir da votação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU em 2011.

A Resolução 1973 sobre o estabelecimento de Zona de Exclusão no espaço aéreo da Líbia foi aprovada com dez votos a favor, nenhum contra e cinco abstenções. Além do estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, a medida autorizou “todas as medidas necessárias” para “proteger civis e áreas habitadas por civis” de ataques das forças do ditador Muamar Khadafi.

Muito se especulou na mídia internacional sobre as cinco abstenções, sobretudo porque foram praticadas pelos países do BRICS. Em uma configuração do Conselho de Segurança que congregou todos os membros do bloco, a abstenção de Brasil, China, Índia e Rússia transformou rumores em suspeita de que uma articulação (mesmo sem a África do Sul que votou a favor) poderia estar ocorrendo entre os membros do bloco na tomada de decisões no âmbito da ONU.

Riordan Roett, diretor do programa de estudos de América Latina da Universidade John Hopkins, afirma que as quatro abstenções foram um “voto BRIC”. Acredita que no futuro será possível ver mais solidariedade em questões de política internacional e que o voto em questão manifestou desejo por parte dos países de se diferenciar dos países industrializados.

Para Thomas Trebat, ex-diretor da divisão de América Latina do Citigroup, professor e atual diretor-executivo do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Columbia, em Nova York, “é possível que tenha havido um tipo de acordo prévio dos quatro países, mas, do ponto de vista do Brasil, que conheço melhor, essa ação de abstinência de voto é completamente consistente com a linha do Brasil na ONU”. Segundo ele, as intervenções brasileiras tendem a evitar ações militares o que se reflete na justificativa dada pela embaixadora brasileira na ONU Maria Luísa Viotti que disse que o Brasil teme que ações militares exacerbem tensões e façam “mais mal do que bem aos próprios civis com cuja proteção estamos comprometidos”.

Existem, entretanto, posições antagônicas à visão de articulação que se difundiu na mídia. Ruchita Beri do Instituto de Estudos sobre Defesa e Análises de Nova Delhi argumenta que os membros do BRICS falharam diante da oportunidade de coordenarem suas posições em assuntos de interesse global.

Fazendo referência ao voto da África do Sul em favor da Resolução 1973 e ao veto da China e Rússia a Resolução que apoiava a Liga Árabe na deposição do presidente da Síria, Beri afirma que ainda que existam possibilidades concretas de sincronia entre os países membros do BRICS no âmbito da ONU, ela não se consolida pela profunda heterogeneidade do grupo.

Fontes:

IDSA (BRICS in Search of Unity?):

http://idsa.in/idsacomments/BRICSInSearchofUnity_rberi_030412

BBC Brasil (Para analistas, BRICS se articularam em voto sobre Líbia na ONU)

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110314_BRICS_onu_cv.shtml?print=1

CS-ONU Votação da Resolução, 1973

[http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&index=.VM&term=sres1973%20\(2011\)](http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=voting&index=.VM&term=sres1973%20(2011))

CS-ONU Resolução 1973:

[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973\(2011\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011))

A criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS

Vinicius Dalbello

Foi aprovada a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS na V Cúpula , ocorrida em 26 e 27 de março de 2013, na cidade de Durban, África do Sul. O projeto inicial sugerido pela África do Sul é capitalização inicial de US\$50 bilhões, sendo fornecidos US\$10 bilhões de cada país. O Banco terá a função de fomentar projetos de infraestrutura nos países membros, mas não somente. Com base em suas declarações de cooperação sul-sul, foi decidido que o Banco abrirá seu financiamento para outros países em desenvolvimento.

Em março de 2012, os governos dos cinco integrantes dos BRICS instruíram seus Ministros das Finanças a analisarem a “factibilidade e viabilidade de se criar um Novo Banco de Desenvolvimento para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento...”. Após reunião de um grupo de técnicos dos cinco países nos dias 15 e 16 de agosto de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, seguido de análise do projeto pelos Ministérios e pelos Bancos Centrais constatou-se a viabilidade do projeto.

Em 27 de março de 2013, ao fim da V Cúpula dos BRICS em Durban, foi lançada a Declaração de e-Thekwini, em que os governos se comprometeram a criar o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com capital inicial de US\$50 bilhões, com o intuito de promover projetos de criação e consolidação de infraestruturas necessárias. Não somente para os membros do agrupamento, mas seguindo as premissas da Declaração de Sanya, o grupo e o novo banco estarão abertos a financiar projetos em outros países, particularmente economias emergentes e em desenvolvimento.

Para a enviada especial da BBC Brasil, Ruth Costas, esta é uma importante demonstração de articulação, nomeadamente “em um clima de incerteza econômica”. De fato, os BRICS não apresentaram de forma acentuada crises bancárias e financeiras como os países desenvolvidos, e segundo as análises do Banco Mundial e do FMI tem adotado políticas eficientes para reduzir os impactos da recente crise mundial. Todavia, o clima de estabilidade é apenas aparente. A China, principal economia do grupo, tem sofrido processo de desaceleração. A grande questão que se coloca é como economias dependentes do crescimento chinês, nomeadamente Brasil e Rússia, lidarão com esta mudança, que para muitos é uma tendência para os próximos anos?

A iniciativa tem gerado controvérsias nos meios acadêmicos e financeiros. Para a AsianScientist, o Banco será importante ao fomento de iniciativas sustentáveis dos países em desenvolvimento. Tal projeto é visto como fortalecimento da cooperação sul-sul.

Mas Angel Gurría, Secretário Geral da OECD, demonstra preocupações com o novo projeto. Para ele o importante não são os empréstimos e capitalizações em si, mas as condicionalidades que serão impostas para a obtenção destes. No anúncio conjunto “the bank represents a part of the ‘new paradigm’, reflecting a shift in economic power away from the West”. Há a possibilidade de os BRICS estarem almejando preencher lacunas que estão surgindo com a crise nos países europeus, historicamente os maiores fornecedores de APD no mundo. Contudo, diferentemente dos europeus, que falam a uma só voz através do Comitê Econômico e Social Europeu, os BRICS não apresentam consenso em matéria política para determinar condicionalidades.

A variedade de regimes e políticas externas que circunscrevem os cinco membros deixa clara a impossibilidade, a curto e médio prazo, de prever quais serão os retornos políticos e sociais esperados dessa empreitada. A expectativa da formalização do projeto é para 2014, quando os países se reunirão novamente, no Brasil, e a total funcionalização está projetada para 2016.

Interesses indianos e os BRICS

Clarice Tambelli

Uma reflexão, do ponto de vista de intelectuais indianos, sobre a relevância dos BRICS para a Índia, norteados pela seguinte questão: “BRICS é apenas uma sigla cativante mascarando o acaso, juntando cinco nações em desenvolvimento, mas que em última instância são incompatíveis?”.

Mesmo com a evidente desaceleração nas taxas de crescimento indiana, realidade compartilhada por outros membros dos BRICS, o país ainda possui clara vantagem demográfica (segundo no ranking mundial) e um significativo potencial de crescimento interno. Em meio à discussão dos antagonismos desta sociedade, diversos intelectuais indianos questionam os ganhos, por parte da Índia, de ser um membro dos BRICS.

Para Rajiv Kumar, indiano e diretor do SAISA (South Asian Institute of Strategic Affairs), o foco atual na política externa é alcançar e manter altas taxas de crescimento econômico e auxiliar a geração de mais oportunidade de emprego. O desenvolvimento e estruturação dos BRICS, portanto, não sustentam os interesse e escopos de seu país: “(...) Tendo seguido os BRICS desde o seu início, (...) eu não estou nada convencido de que o processo dos BRICS serve a este principal objetivo da política indiana”.

Até recentemente, segundo Kumar, uma característica comum forte entre os BRICS era o rápido crescimento das economias. Com a queda do ritmo de crescimento no Brasil, Índia e África do Sul, este não é mais o caso: “qualquer suposição de que os BRICS continuam a representar um aumento do crescimento global conjunto é repleta de todos os tipos de riscos de deterioração”. Para ele, os BRICS são visto pelo resto do mundo como um conjunto oportunista de cinco países que têm muito pouco ou nada em comum.

Diferentemente de Kumar, Raghuram Rajan, economista-chefe do Governo da Índia, enxerga benefícios na presença indiana nos BRICS, e considera a Índia um “bom mercado emergente”, ao invés de “a nação mais fraca dos BRICS”. Samir Saran, vice-presidente do Observer Research, também argumenta em defesa da relevância dos BRICS para a Índia. Há organizações multilaterais dentro das quais um “BRICS-bloco” pode exercer influência, como a ONU e a OMC. E, como potências econômicas regionais, a integração do mercado intra-BRICS pode isolar estas nações da desaceleração da economia ocidental, provocando um aumento do comércio e do investimento estrangeiro.

Apesar da crescente população de classe média, os BRICS mantém a maior parte da população pobre do mundo. Portanto, BRICS é apenas uma sigla cativante, juntando cinco nações em desenvolvimento, mas que em última instância são incompatíveis? Para Saran, a Índia deve responder com um enfático não. “Neste momento único, no qual a Índia enfrenta uma série de desafios e busca a atenção tanto regional quanto mundial, os BRICS fornecem uma plataforma flexível para atender a ambos”.

Fontes:

Oficial website of South Asian Institute of Strategic Affairs:

<http://southasianidea.com/analysis/BRICS-indias-costly-timepass/>. Acesso em 25/04/2013.

The Hindu – Jornal Indiano: <http://www.thehindu.com/opinion/interview/india-shouldnt-look-like-the-weakest-bric-in-the-wall/article3939383.ece>. Acesso em 25/04/2013.

Observer Research Foundation – Building Partnerships for a Global India: <http://www.observerindia.com/cms/sites/orfonline/html/aboutus/profiles/samirsaran.html>.

Acesso em 25/04/2013.

A África do Sul nos BRICS

Amanda Domingues

O recente encontro dos BRICS e a complicada situação econômica pela qual passam seus membros levantaram questões a respeito da desigualdade entre eles, destacando, em especial a recente inclusão da África do Sul no grupo. Apesar das críticas ao tamanho de sua economia, o país representa grande vantagem ao bloco em termos de aproximação com o continente africano.

A quinta reunião de cúpula do grupo dos BRICS aconteceu em março deste ano em Durban, primeira cidade africana a sediar o encontro. Em meio a discussões sobre o Banco dos BRICS, cooperação econômica e facilitação do comércio entre os países, muitas questões foram levantadas a respeito da inclusão da África do Sul como membro do grupo no final do ano de 2010.

A África do Sul é o membro mais novo dos BRICS e o menor entre eles em termos populacionais, territoriais e econômicos. Sua população representa menos de um quarto da população chinesa e seu PIB é o menor dentre os membros do grupo: somente o vigésimo oitavo maior do mundo, posição bem inferior aos PIBs chinês (segundo), brasileiro (sexto), russo (nono) e indiano (décimo). De acordo com uma pesquisa do banco sul-africano *Standard Bank*, o PIB do País representa 2,5% do PIB dos BRICS, quatro vezes menor do que a representação da menor economia do bloco, a da Rússia. Analistas dizem que o país não tem potencial de lucro tampouco a mesma produtividade de seus parceiros de bloco.

Apesar das disparidades, para o grupo do BRICS foi importante a inclusão de um país africano no bloco, atestando a relevância econômica do continente. A Nigéria foi uma forte candidata (país de maior população do continente, vem crescendo a taxas em torno de 6% ao ano), porém a África do Sul, além de ser atualmente a maior economia do continente, vem representando de forma ativa os interesses da África¹. O país possui potencial para impulsionar o comércio e a infraestrutura continental e representa um importante acesso dos outros membros do BRICS ao continente africano, que possui reconhecidamente grande potencial².

O principal desafio atual da África do Sul é transformar as decisões tomadas pelos BRICS em incentivos para sua economia, aumentando o comércio e gerando oportunidades de negócio que favoreçam todo o continente.

Fontes:

The Economist: <http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2013/03/economist-explains-why-south-africa-BRICS>

The Guardian: <http://www.guardian.co.uk/world/2013/mar/24/south-africa-bric-developing-economy>

Foreign

http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/03/26/is_south_africa_really_a_bric

Policy:

¹ O país foi membro fundador da União Africana e da *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD).

² Especialistas preveem que o comércio entre os membros do BRICS (sem a África do Sul) e os países africanos deve atingir 500 bilhões de dólares em 2015, sendo a China responsável por 60 % destas transações. A busca chinesa pelos recursos naturais do continente africano foi em grande parte responsável pelo crescimento econômico deste na última década.

A renovação das relações Brasil-União Europeia

Camila Araújo de Schipper

Em janeiro de 2013, representantes da União Europeia reuniram-se com autoridades brasileiras durante a 6ª Reunião de Cúpula Brasil-UE, para dar continuidade ao Plano de Ação Conjunta 2012-2014.

Seguindo os valores e princípios estabelecidos na Parceria Estratégica em 2007 e buscando efetivar o plano de Ação Conjunta 2012-2014, Brasil e União Europeia prosseguiram negociações e acordos em 30 áreas setoriais, tais como comércio e investimentos, segurança internacional, tecnologia e educação, mudança climática e integração regional no âmbito do Mercosul na 6ª reunião de cúpula Brasil-União Europeia realizada em 24 de janeiro de 2013, em Brasília.

Com relação à economia internacional e às relações comerciais e tendo em conta que a União Europeia é o maior parceiro comercial do Brasil e este seu quinto maior país investidor, foi criada uma comissão bilateral, a fim de garantir a competitividade da economia brasileira pelo mecanismo da complementaridade entre suas economias. Exemplo disto seria o reforço das parcerias público-privadas no mercado brasileiro, bem como o suporte a pequenas e médias empresas, através do intercâmbio e investimento em pesquisa, inovação e tecnologia.

Os líderes reafirmaram o compromisso em finalizar a Rodada de Negociações Doha com a vinculação aos princípios vigentes na agenda, como o fim de medidas protecionistas, e também reafirmaram a necessidade de maior regulação do sistema financeiro internacional. Também é importante salientar a renovação do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica em agosto de 2012 e o reconhecimento da importância da parceria no programa “Ciências sem Fronteiras” para a promoção da educação e pesquisa.

Além disso, os líderes presentes também discutiram os avanços nos acordos birregionais entre Mercosul e União Europeia, relançados em 2010, com o discussão de acessos preferenciais aos respectivos mercados, incluindo a troca de ofertas sobre acesso de mercado. As declarações da presidente Dilma Rousseff acerca do aprofundamento dos acordos com a União Europeia em diversas áreas revelam uma retomada de negociações na busca de relações mais intensas entre Brasil e União Europeia, as quais dão posição de destaque ao Brasil para as posteriores negociações entre UE e Mercosul.

Também foram discutidas questões referentes à paz e segurança internacional, bem como questões climáticas que revelam o apoio do Brasil e dos países europeus a instituições e acordos multilaterais para solução de tais questões, como o reforço da ECOSOC e do comprometimento às Convenções ambientais.

As relações entre Brasil e União Europeia, inseridas no contexto de sua parceria estratégica iniciada em 2007 e do fortalecimento dos países do BRICS, revela a postura de aproximação dos países europeus aos BRICS, em que a UE atua como promotor de parcerias e governança inclusiva em um mundo de transição de poder global, como expresso pelo relator do Parlamento Europeu, Saryusz-Wolski. O aprofundamento das relações do Brasil com a União Europeia também revela uma política externa que busca reforçar as relações extra-BRICS.

Seminários CAENI

Neste semestre, iniciamos a Agenda de Seminários CAENI com a apresentação de colegas do Instituto de Relações Internacionais que apresentaram seus trabalhos de pesquisa. No dia 22 de fevereiro, Maria Antonieta Del Tedesco Lins e Nora Rachman, respectivamente docente e aluna de doutorado do IRI-USP, apresentaram o trabalho **Foreign capital flows in Brazil and India: tradition vs. liberalization** em que discutem o impacto de distintos modelos de liberalização em duas economias emergentes, Brasil e Índia.

Para as autoras, ambos os países adotaram várias medidas de liberalização, incluindo a abertura para capitais estrangeiros, mesmo assim ainda mantêm regulamentações mais rígidas que as demais economias emergentes. A partir da análise do processo de abertura das contas de capitais, e suas motivações políticas, a pesquisa tem como objetivo comparar o comportamento dos dois países e sua participação no mercado financeiro global nas últimas duas décadas.

O segundo seminário aconteceu no dia 22 de março, com Felipe Pereira Loureiro, também docente do IRI que apresentou seu trabalho **The Alliance For or Against Progress? US-Brazilian Financial Relations in the Early 1960s**. Trata-se de uma análise sobre as razões para o fracasso da Aliança para o Progresso, considerando variáveis domésticas e externas que influenciaram o comportamento dos governos de Jânio Quadros e João Goulart no início da década de 1960. Num momento em que os governos defendem a Política Externa Independente como matriz analítica da política externa brasileira, o pesquisador apresenta como as relações financeiras e a situação econômica do Brasil influenciaram as relações do País com os Estados Unidos.

Ambos os seminários contaram com a presença de docentes e estudantes de pós-graduação e graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, da USP e de outras instituições.

No dia 25 de abril, realizamos o **Workshop Legislativo e Política Externa** que contou com a presença de especialistas no tema: Pedro Feliú Ribeiro (UFPB), Simone Diniz (UFABC), Leany Lemos (UnB) e Pedro Neiva (UFPE). Todos, com teses de doutorado sobre o Legislativo, apresentaram trabalhos recentes e participaram de um debate com o público. Um resumo do evento e das apresentações será publicado na próxima edição.

No dia 30 de abril, o CAENI recebeu Cláudio Ferraz, professor de Economia da PUC-Rio, que apresentou o trabalho **Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicity released audits in electoral outcomes**. O seminário também fez parte do curso de pós-graduação "Introdução aos Métodos Experimentais para Ciência Política e Relações Internacionais" que está sendo oferecido neste semestre no Programa de Ciência Política. O texto apresentado está disponível para download em: http://caeni.com.br/blog/?page_id=155

Os **Seminários de Pesquisa CAENI** acontecem às sextas-feiras, das 10h30 às 12h30 na sala 116-b da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da USP. Pede-se confirmação da presença por e-mail: caeni@caeni.com.br.

PRÓXIMOS SEMINÁRIOS CAENI

10.05	Matthew S. Winters (University of Illinois at Urbana-Champaign)	Splitting the Check: Bargaining Over Counterpart Commitments in World Bank Projects
17.05	Marco Vieira, Surupa Gupta, Karen Smith, Maria Regina Soares de Lima	IBAS: experiência e perspectivas da Cooperação Sul-Sul
24.05	Flávio Pinheiro (IRI-USP)	Representação Política e Protecionismo: De Que Forma os Incentivos Eleitorais Podem Afetar o Nível de Proteção Tarifária em Países Democráticos?
14.06	Ana Paula Tostes (UERJ)	Opinião pública e preferência eleitoral em tempos de crise na EU

IBAS: EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

17.05.2013

14h00 às 18h00

Fac. de Filosofia e Ciências Sociais - sala 14



PROGRAMA

14h00 > **Abertura:** Amâncio Jorge de Oliveira (NAP-Caeni: Relações Sul-Sul)

14h15 > **IBSA at 10: South_South development assistance and the challenge to build international legitimacy in a changing global order.** Marco Vieira (University of Birmingham)

14h45 > **Challenges to the IBSA agenda: a South African Perspective.** Karen Smith (University of Cape Town)

15h15 > **DEBATES**

15h30 > **INTERVALO**

15h45 > **India's role in global economic governance: it is not easy being a rising Asian power.** Surupa Gupta (Mary Washington University)

16h15 > **Balanco e agenda futura.** Maria Regina Soares de Lima (IESP)

16h45 > **DEBATES**

APOIO



REALIZAÇÃO



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O Caeni acaba de lançar o novo programa de parcerias institucionais. Com base no programa, os membros das instituições parceiras passam a ter descontos em todos os cursos do Caeni.

É muito rápido e fácil assinar o termo de parceria. Para maiores informações escrever para caeni2.dcp.br@gmail.com.

A seguir buscamos esclarecer as principais dúvidas sobre as atividades do Caeni, como acompanhar nossas pesquisas, e participar dos nossos eventos.

FAQ'S CAENI

1. Como surgiu o Caeni?

O Caeni surgiu em 2001, como um *think tank* autônomo para pesquisas e treinamento na área de negociações internacionais. Era, portanto, um centro de pesquisa privado e, em 2005, passou a ser um laboratório de pesquisa ligado ao departamento de Ciência Política da USP.

2. Qual é o status institucional atual do Centro?

A partir de Setembro de 2012 o Caeni passou a ser um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP), ainda ligado formalmente ao Departamento de Ciência Política. Formalmente a denominação do Caeni passou a ser NAP-Caeni.

3. Qual o significado prático da mudança do status institucional do CAENI para NAP?

São dois os aspectos mais importantes. O primeiro tem a ver com a possibilidade da presença de um maior número de colaboradores, inclusive de pesquisadores brasileiros e estrangeiros fora da Universidade. O segundo está relacionado à adoção de um programa de estudos ligado às Relações Sul-Sul. As pesquisas sobre essas relações Sul-Sul passam a agora a ser mais sistemáticas no âmbito do Centro.

3. Como se dá o recrutamento de pesquisadores do CAENI?

O Centro recruta pesquisadores por projeto. Na medida em que surgem projetos que demandem pesquisadores fazemos um chamada para a seleção. Também mantemos uma base de currículos de interessados que podem ser usadas para seleção de projetos. O currículo pode ser enviado para o caeni@caeni.com.br

4. Quais são as principais linhas de pesquisa do CAENI?

A agenda de pesquisa do Centro é, dentro do campo de relações internacionais, bastante ampla. As linhas principais são: política externa brasileira, relações sul-sul; coalizões internacionais, adesão aos regimes internacionais, legislativo e política externa, empresariado e negociações internacionais, cooperação internacional e experimento em ciência política e relações internacionais.

5. Os cursos têm uma oferta regular?

Dois cursos têm uma oferta regular. Duas vezes por anos oferecemos o curso de Capacitação em Negociações Internacionais e uma vez por ano o Avançado em Negociações Internacionais. Chamamos, para facilitar, Capacitação e Avançado.

6. Há outros cursos além desses?

Sim. Temos vários outros que são oferecidos esporadicamente. Na área de métodos quantitativos oferecemos com mais regularidade Os seguintes cursos: estatística, SPSS, Stata, R e programação em R. Temos agora um curso novo de *Introdução ao Inglês para Negociações Internacionais*. Para maiores informações ver o site (www.caeni.com.br) ou pelo facebook (www.facebook.com/caeni.usp).

7. Como é possível obter descontos nos cursos CAENI?

Há duas formas. O estudante que frequentou um dos nossos cursos passou a ser ex-aluno do Caeni. Assim, o seu próximo curso, qualquer que seja, receberá desconto. A outra forma é fazer parte de uma instituição parceira do Caeni.

8. É necessário ser aluno ou funcionário da USP para frequentar os cursos CAENI? Há pré-requisitos?

Não. Os cursos são abertos à comunidade em geral. Não há pré-requisitos para a participação nos cursos Capacitação e Avançado. Nos demais cursos os instrutores definem se há pré-requisito ou não. De todo modo não precisa ser da USP para participar.

9. Se a minha instituição não for parceira, é possível firmar uma parceria?

Sim. É um processo muito simples e rápido. Basta enviar uma mensagem ao caeni@caeni.com.br solicitando a parceria. Um termo de parceria será assinado pelos representantes das duas instituições.

10. E os seminários do Centro, são restritos para os pesquisadores ou filiados?

Não. Os seminários do Caeni são abertos ao público em geral e gratuitos. Também não há pré-requisitos para participação. O agenda dos seminários são anunciadas em todos os principais veículos do Centro (site, boletim, blog, facebook e twitter).

11. Como ter acesso às pesquisas do CAENI?

O site (www.caeni.com.br) é de livre acesso e exibe os resultados das pesquisas. Na seção Publicações do site pode ser encontrado um conjunto de *working papers*, que estão disponíveis gratuitamente. Há também seminários de pesquisa abertos ao público.

12. Como ter acesso às pesquisas do CAENI?

O site (www.caeni.com.br) é de livre acesso e exibe os resultados das pesquisas. Na seção Publicações do site pode ser encontrado um conjunto de *working papers*, que estão disponíveis gratuitamente. Há também seminários de pesquisa abertos ao público.

Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais, Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP.

Equipe de Assistentes de Pesquisa: Amanda Domingues, Camila Araujo de Schipper, Clarice Nassar Bramucci Tambelli, Eduardo Tetzlaff, James Emanuel Candido, Vinícius Dalbello.

Secretário executivo: Carlos Sarmento

Site: www.caeni.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/caeni.usp>

e-mail: caeni@caeni.com.br

blog: <http://caeni.com.br/blog/>